

**Consultoria individual para aportar contribuições técnicas,
metodológicas e estratégicas ao “Projeto de Desenvolvimento
Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia – Pró-
Semiárido (Acordo de Empréstimo nº 2000000435) no
processo de elaboração do Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido**

Consultora: Tatiana Scalco Silveira

2019

TOMO 1

**Cenários futuros para o Semiárido Baiano
macroproblemas, macro-objetivos temáticos e diretrizes**

Sumário

Sumário.....	II
Sumário de Quadros	II
Siglário	III
1. Preambulo.....	5
2. Antecedentes	5
3. Metodologia	7
3.1. Planejamento Estratégico Situacional – PES e o seu momento normativo	8
3.1. Sistematização dos temas	11
4. Cenários.....	12
4.1. Meio Ambiente e Segurança Hídrica.....	12
4.2. Desenvolvimento Econômico no Campo e na Cidade.....	14
4.3. Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação	15
4.4. Saúde, Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades	15
4.5. Igualdade Racial e de Gênero, Cidadania e Assistência Social	16
5. Macroproblemas e Macro-objetivos.....	17
6. Considerações.....	24
7. Referências Bibliográficas	25

Sumário de Quadros

QUADRO 1 - Grande Tema e Diretrizes da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.	11
QUADRO 2 - Diretrizes da política estadual de convivência com o semiárido, macroproblemas, cenários e macro-objetivos construídos para o semiárido baiano até 2030.	17

Siglário

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AF	Agricultura Familiar
ANEEL	Agência Brasileira de Energia Elétrica
APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
AS	Área Susceptível à Desertificação
ASPILs	Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
APA	Área de Proteção Ambiental
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BTF	Barreiros Trincheira Familiar
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CEEP	Centro Estadual de Educação Profissional
CETA	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
CETEP	Centro Estadual de Educação Profissional
CGCSA	Comitê Gestor de Convivência com o Semiárido
CIR	Comissão Intergestores Regional - SUS
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
EA	Educação Ambiental
EF2	Ensino Fundamental 2
EFA	Escola de Família Agrícola
EM	Ensino Médio
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (extinta governo Collor)
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
GEE	Gases de Efeito Estufa
ICMBio	Instituto Chico Mendes
IF	Instituto Federal de Educação
INEMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LA	Limpeza de Aguadas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis
MapBiomass	Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MONA	Monumento Natural
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MS	Ministério da Saúde
MSD	Módulo Sanitário Domiciliar
MST	Movimento Sem Terra
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento de Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAD	Programa Água Doce
PAE/BA	Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PAN-Brasil	Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PARNA	Parque Nacional
PBF	Programa Bolsa Família
PcD	Pessoas com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2035

PDTS	Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável
PE	Parque Estadual
PEATER	Programa Estadual de ATER
PECSA	Política Estadual de Convivência com o Semiárido
PEMA	Plano Estadual de Meio Ambiente
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PEPSA	Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PLANSEA	Plano de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica Rural
PNE	Programa Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPI	Programação Pactuada e Integrada do SUS
PPM	Pesquisa de Pecuária Municipal
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPSUS	Programa de Pesquisa para o SUS
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Pagamento por Serviço Ambiental
RAS	Rede de Atenção à Saúde
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
RF	Regularização Fundiária
RL	Reserva Legal
RQ	Remanescente Quilombola
SA	Semiárido
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
SNUC	Sistema de Unidades de Conservação
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SEEG/OC	Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima
SIATER	Sistema de Assistência Técnica Rural
SIGATER	Sistema de Gestão de Assistência Técnica Rural
SISAGUA	Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
SISPACTO	Sistema de Pactuação de Indicadores do Pacto pela Saúde - SUS
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Território de Identidade
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UE	Unidade Escolar
UEBAs	Universidades Estaduais da Bahia
Uni	Universidades
VAB	Valor Agregado Bruto
VIGIAGUA	Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico Estadual

O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. (Malvezzi, 2007:9)

1. Preambulo

A convivência com o Semiárido é um desafio. Complexa e sistêmica ela pressupõe a compreensão de que fatores físicos, bióticos, socioeconômicos, culturais políticos e institucionais que se ordenam e norteiam os modos como este território é observado e funciona. Conviver significa respeitar e construir. Significa desenvolver formas adequadas de cultura para viver neste ambiente, adaptando-se a ele, tornando viável a vida (Malvezzi, 2007: 11-12). O seu segredo *“(...) está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes”* (BAPTISTA, N.Q.; CAMPOS, 2013:52).

A construção dos cenários desejados para o semiárido baiano em 2030 foi realizada em dois momentos: o primeiro, sob o olhar dos gestores públicos que atuam nesse território e o segundo, a partir do olhar articulado da sociedade civil, academia e gestores públicos. O olhar dos gestores foi sistematizado a partir de um processo coletivo de identificação dos macroproblemas e cenário desejado e ações para alcançá-lo. Em encontros realizados com gestores e técnicos de 12 secretarias de estado foram identificados e discutidos os principais pontos que explicam a situação sob seu olhar. O segundo foi composto por insumos oriundos da escuta social realizada para a elaboração do Plano Plurianual da Bahia 2020-2023 e, com os participantes do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido. Também foram sistematizados e pactuados os macroproblemas identificados e os macro-objetivos que devem ser desenvolvidos para alcançar o cenário desejado.

2. Antecedentes

Nos últimos 12 anos o Governo da Bahia avançou na estratégia de desenvolvimento dos 27 Territórios de Identidade (TI) do Estado. Implementou estratégia territorializada de planejamento público a partir de ações nos Territórios. A escuta social foi potencializada a partir de encontros territoriais preparatórios para os Planos Plurianuais (PPA) 2008-2011, 2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023. Avançou, também, na construção de Planos de Desenvolvimento Territoriais Sustentáveis dos 27 Territórios de Identidade. Eles, na sua primeira versão, foram construídos com o viés agrário e na

sua revisão, em 2016-2017, tiveram escopo ampliado para a visão do território incorporando o urbano. Em todos esses processos, o Semiárido tem sido prioridade.

Desde 2012 o Governo da Bahia, sob a Coordenação da Secretaria da Casa Civil, atua de forma sistemática em relação ao tema Semiárido. Foram realizadas consecutivas escutas territoriais por meio do Comitê Estadual para Enfrentamento dos Efeitos da Seca que depois passou a se denominar Comitê de Convivência com o Semiárido (CSA).

Anteriormente o Decreto Estadual nº 11.573 de 4 de junho de 2009 instituiu o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE/Ba e seu Comitê Gestor de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A finalidade do Comitê Gestor foi coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Plano Estadual de Combate à Desertificação – PAE/BA, bem como assegurar a integração das políticas e ações realizadas pelos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado da Bahia. O PAE/BA foi construído alinhado ao Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil, 2004). Ele organizado a partir de quatro eixos: Sistema de Produção Agrícola e Sustentabilidade Socioambiental; Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas e seus reflexos na Questão das Migrações Populacionais e da Saúde; Gestão de Recursos Hídricos; Segurança Hídrica e o Acesso à Água como Direito Humano diante dos Cenários das Mudanças Climáticas e Revisão da Política Estadual de Combate à Desertificação na Perspectiva da Legislação Atual¹.

A compreensão governamental do paradigma de “combate à seca” mudou a partir dessas construções e escutas junto à sociedade. A compreensão que “conviver com o Semiárido” significa abraçar uma proposta de desenvolvimento viável onde os seres humanos que se relacionem com a natureza do Semiárido de forma respeitosa, com políticas públicas adequadas, não apenas diferentes – baratas ou caras (Baptista e Campos, 2013, p.64) passou a pautar a construção da política pública de convivência com o Semiárido. Assim, foi constituído grupo de trabalho intergovernamental em 2014 para desenhar a política de convivência com o Semiárido da Bahia.

O processo coletivo se concretizou com a publicação da Lei Estadual nº 13.572 de 30 de agosto de 2016 que instituiu a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido. Como desdobramento, foi

¹ Para maiores detalhes ver Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAE/BA - Versão Validada, 2014

estruturado novo grupo de trabalho para elaborar o decreto que aprovou o regulamento da Lei nº 13.572. O Decreto nº 17.951 foi publicado em 22 de setembro de 2017. Ele define a estrutura do Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido que é composto pelo Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido e pelo Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido. Além disso delibera como instrumentos de planejamento e gestão da Política de Convivência com o Semiárido: o Plano Estadual de Convivência com o Semiárido e seu Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação.

Em janeiro de 2018 foi realizado seminário intergovernamental para início da construção do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido. Em fevereiro de 2019 foi realizado Encontro do Fórum Estadual de Convivência com Semiárido. Nele foi apresentado o diagnóstico e construído coletivamente o cenário desejado para o semiárido baiano em 2030. Além disso, macroproblemas anteriormente identificados foram alinhados e macro-objetivos foram construídos. A sistematização do cenário para ao semiárido baiano 2030, seus macroproblemas e macro-objetivos para alcançar esse cenário são o terceiro produto dessa consultoria.

3. Metodologia

A elaboração dos cenários baseou-se, conforme orientação do art. 16 do decreto estadual nº 17.951 de 22 de setembro de 2017, na análise situacional e integrada, tomando como base o Território de Identidade e considerando aspectos social, ambiental, econômico e institucional.

Para tanto utilizou-se duas abordagens complementares: (i) o desenvolvimento do momento normativo da metodologia de Planejamento Estratégico Situacional (PES). Nela, em encontros moderados, após a identificação dos macroproblemas e estruturados mapas cognitivos (e/ou fluxogramas de problemas), as equipes técnicas do governo indicaram onde se pretendia chegar para a solução/ mitigação dos macroproblemas identificados. Esta indicação foi o primeiro desenho dos cenários desejados; (ii) apresentação dos resultados construídos à plenária do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido, discussão com os seus componentes, alinhamento e pactuação em relação aos macroproblemas previamente identificados, construção de cenários desejados para o Semiárido Baiano em 2030 e definição de macro-objetivos para alcançá-los. Essa construção utilizou como referência o Plano de Desenvolvimento Integrado da Bahia (PDI) 2035, os resultados da escuta social para o Plano Plurianual Bahia (PPA BA) 2020-2023, os Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTS) dos Territórios de

Identidade (TI), entre outros. Os resultados também foram apresentados e validados para o Comitê Gestor Governamental de Convivência com o Semiárido (CGGCSA).

3.1. Planejamento Estratégico Situacional – PES e o seu momento normativo

O Planejamento Estratégico Situacional (PES) é teoria e método de governo e de planejamento estratégico público. Sua utilização possibilita o planejamento que precede e que preside a ação de governo. Nele, o processo de planejamento se inicia com a análise dos problemas reais e a partir deles, constitui-se ambiência para o desenho de projetos para enfrentá-los no tempo. Estrutura-se, então, uma visão complexa de realidade, onde há uma trama de atores sociais em jogo, que possuem diferentes interesses e visões desta realidade que explicam e onde atuam, e diferentes conflitos cognitivos e de interesses (MATUS, 1994 e 1996). Ou seja, PES é método de planejamento “por problemas que trata, principalmente, problemas mal estruturados e complexos, para os quais não existe solução normativa ou previamente conhecida como no caso daqueles bem estruturados”. (Artmann)

Fundamentado nas categorias centrais do Planejamento Estratégico, um ator pode definir onde quer e pode alcançar sua ação de governo. Por este motivo, o anúncio dos resultados do plano vem sempre precedido de uma análise das principais variantes (variáveis fora do controle do ator que planeja) que, combinadas corretamente, compõem os diferentes cenários possíveis para a realização do Plano. A visão de estratégia no PES está ligada a duas ideias fundamentais: a de importância e a de viabilidade. A primeira está relacionada a melhor alternativa para a obtenção de um objetivo futuro. A segunda, a criar viabilidade no amanhã para aquilo que parece inviável hoje. O processo de construção do Plano Estratégico passa pelas duas ideias: escolher o mais importante a fazer e decidir-se pela estratégia criadora de viabilidade. A análise de viabilidade demanda, assim, pensar a forma de lidar com os atores importantes, a partir da verificação dos seus recursos críticos (DAGNINO, 2001).

O PES é composto por quatro momentos: explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional. A análise situacional faz parte do momento explicativo. É nela que se identifica, seleciona (valorando, priorizando e escolhendo), descreve e explica problemas² apresentando e selecionando os seus nós críticos³. "A **análise situacional**

² A estruturação do mapa cognitivo e/ou fluxograma de problema passa pela compreensão adequada do que é o problema, suas relações causais, impactos e causas. Um problema adequadamente compreendido e formatado possibilita aos gestores condições de solução e evita retrabalhos

³ Nó estratégico ou crítico é causa do problema. A metodologia pressupõe que sejam escolhidos em média três nós estratégicos para atuação da gestão. A escolha dos nós estratégicos passa pela análise de três

obriga a *diferenciar* as explicações. Cada ator avalia o jogo social de modo particular e atua segundo sua própria interpretação da realidade” (Matus & Huerta, 1996).

O processo de análise situacional iniciou com a construção de mapa cognitivo de problemas – ou fluxograma de problema. O objetivo foi identificar “problemas” relativos à convivência com o semiárido para os próximos dez anos e suas causas a partir do olhar dos gestores e técnicos que se envolveram no primeiro momento da análise. A partir da aplicação dos instrumentos metodológicos-operacional – mapa cognitivo/fluxograma de problema, moderação e técnicas de visualização de problemas – junto às equipes de técnicas e de gestores foram construídos os fluxogramas e/ou mapas cognitivos. O suporte metodológico auxiliou-os na sistematização e explicação de questões que sob o olhar de cada secretaria estadual têm importância para a compreensão da situação do Semiárido baiano, seus problemas e desafios. Como pano de fundo foram consideradas duas questões fundamentais: a importância e a viabilidade. Ou seja, escolher o mais importante a fazer e decidir-se pela estratégia criadora de viabilidade. A análise de viabilidade demanda, assim, pensar a forma de lidar com os atores importantes, a partir da verificação dos seus recursos críticos (DAGNINO, 2001).

O processo de construção de cenários, na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional é o momento normativo - segundo momento de acumulação de conhecimento (BELCHIOR, 1999). Ele consiste no desenho do “plano num contexto de forte incerteza – corresponde ao *deve ser*”. Nesse momento, a partir dos nós críticos escolhidos no momento explicativo, foram realizados desenhos prévios das operações⁴ capazes de atacá-los e produzir resultados que nos aproximem das metas, o chamado plano direcional. O cenário⁵ possível (desejado) de seu comportamento foi construído a partir de escuta dos atores, e da árvore de apostas⁶. Desenhou-se a situação-objetiva⁷ que o grupo almeja alcançar nos próximos 10 anos. Essa situação-objetiva é o cenário desejado e os macro-objetivos construídos para alcançá-los.

características: (i) se solucionado terá alto impacto na solução e/ou mitigação do problema descrito; (ii) se está na governabilidade de atuação do ator que declara e (iii) se sua solução é “conveniente e oportuna”.

⁴ Operações são os meios para enfrentar os problemas selecionados e se caracterizam por utilizar e combinar variáveis sob o controle do ator, empregando recursos (políticos, econômicos, de conhecimento, etc) capazes de gerar um produto que obtenha resultado no enfrentamento do problema (IPEA, S/D, p.59)

⁵ Cenário é o “contexto em que o plano pode se desenvolver [...] expressa as condições que o ator não pode escolher e o que este faria se elas ocorressem” (IPEA, s/d, p.44)

⁶ Árvores de apostas é o conjunto de planos de contingência relacionados a cada cenário.

⁷ A situação-objetivo é a nova situação a ser atingida (com os problemas modificados positivamente) através do Plano por Operações. Pode ser desenhada transformando-se os descritores do problema em novos indicadores desejados, os indicadores de resultado. (Artman, s/d)

Macro-objetivos são representações de como a sociedade baiana gostaria que fosse a sua realidade nos próximos 10 anos após a implementação da estratégia. Eles expressam o que deve ser construído pela estratégia ao atuar na realidade baiana para promover as mudanças que aproximem a Bahia dos anseios da sociedade e do cenário desejado. A sua formulação levou em consideração os cenários da Bahia 2035 e procurou representar, de forma sintética e geral, o melhor cenário para o período de 10 anos. Deve-se considerar que parte dele depende de processos apenas da sociedade baiana e suas instituições públicas, e outra parte, de processos favoráveis do contexto externo. Apesar da ressalva, o cenário para o semiárido baiano (ou seja, o futuro desejado baseado em hipóteses plausíveis) oferece bases alinhadas à visão de futuro do PDI 2035 do que se deseja construir e que, portanto, orienta a estratégia de desenvolvimento.

Essa formulação permitirá monitoramento da estratégia na medida em que os macro-objetivos forem quantificados e expressos em metas que explicitarão os objetivos específicos que serão traduzidos em indicadores que representam o desempenho futuro da realidade da Bahia. A definição das metas e objetivos específicos será apresentada no produto 4.

O percurso do trabalho contou com encontros com equipes gestoras do Governo da Bahia e com a sociedade civil. Esses momentos foram precedidos de reuniões técnicas com o grupo técnico da Secretaria da Casa Civil, para preparação e discussão das diretrizes de cada atividade, com vistas ao adequado encaminhamento da análise. Foram realizados encontros moderados com gestores e técnicos do estado da Bahia e, também, com a sociedade civil baiana – em específico com o Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido. Com ambos foi discutida a situação do semiárido baiano a partir de sua visão. Também foram apresentados os resultados e validados (cenário, macroproblemas e macro-objetivos) junto ao Comitê Gestor Governamental de Convivência com o Semiárido.

Cabe destacar que a escuta social foi realizada em duas dimensões:

(i) incorporada à escuta do PPA 2020-2023 da Bahia. Neste caso, a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) coordenou grupo de trabalho que foi aos Territórios de Identidade levantar às demandas da população para o próximo PPA. Para tanto foram realizadas reuniões de planejamento e alinhamento com as equipes da escuta. Pactuou-se a incorporação de questões específicas relativas ao Semiárido Baiano. Além disso, durante a capacitação das equipes técnicas que foram realizar/ moderar as escutas

sociais houve momento específico de capacitação e alinhamento sobre questões do semiárido; bem como produzido material para ser incorporado as oficinas territoriais. Essas questões foram apresentadas nas escutas realizadas em todos os 22 territórios de identidade que compõem o semiárido baiano. Os resultados da escuta social nos territórios do semiárido baiano encontram-se no TOMO 2.

(ii) junto aos componentes do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido, em oficina de 2 dias em Salvador. Nela, os resultados do diagnóstico apresentado no Produto 2 foram compartilhados. E, utilizando técnicas de participação e construção coletiva, foram analisados os macroproblemas e cenários construídos. Em seguida, pactuado o cenário para o semiárido baiano 2030, seus macroproblemas, macro-objetivos e ações. Para tanto, os participantes da oficina foram divididos em cinco grupo temáticos: Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Econômico no Campo e na Cidade; Meio Ambiente e Segurança Hídrica; Saúde, Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades e Igualdade Racial e de Gênero, Cidadania e Direitos. Especialistas convidados fizeram apresentação sobre cenários e tendências para grupo temático. Em seguida, com apoio de moderação, os grupos analisaram os materiais construídos e coletivamente construíram os cenários desejados, bem como os macro-objetivos para alcança-los até 2030. Os registros e resultados encontram-se no TOMO 3.

3.1. Sistematização dos temas

Os debates em relação aos cenários futuros para o semiárido baiano 2030 foram sistematizados em grupos reunidos a partir de cinco grandes temas⁸, que dialogavam com as ideias força do PDI BA 2035 (Tomo 2). Eles orientaram o discurso de desenvolvimento e construção do cenário 2030 para o semiárido baiano. A partir do material produzido os macroproblemas, cenários, macro-objetivos foram sistematizados. Os resultados estão apresentados QUADRO 1 - **GRANDE TEMA E DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**.a seguir.

QUADRO 1 - Grande Tema e Diretrizes da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

Grande tema	Diretrizes da PECSA
Meio ambiente e segurança hídrica	Acesso à Água (2), Gestão e Conservação Ambiental (3), Incentivo ao PSA (4), Monitoramento e Difusão de Informações Ambientais (5), Valorização da Agrobiodiversidade (10)

⁸ O conceito de grande tema é mais amplo que o de diretriz. Ele foi utilizado neste produto, estratégico, pois ainda não foram definidas meta. Os temas mobilizaram e orientaram os participantes da reunião do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido nas discussões e tomadas de decisão

Desenvolvimento Econômico no Campo e na Cidade	Acesso à Terra (1), Articulação de programas para estruturação e organização de sistemas produtivos e comercialização (6), Fortalecimento das redes de assistência técnica (7), Incentivo Econômico e Fiscal (8), Criação e incremento de linhas de financiamento (9), Segurança Alimentar dos Rebanhos (11), Implantação da infraestrutura, prioridade para armazenamento e transporte (14), Produção Associada ao Turismo (21), Fomento a geração de energia, por fontes renováveis (22)
Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação	Valorização da diversidade cultural (15), Educação integral e contextualizada (16), Elevação de escolaridade (17), Educação ambiental (18), Fomento ao desenvolvimento e disseminação de pesquisas (19)
Saúde, Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades	Articulação de programas para estruturação e organização de sistemas produtivos e comercialização (6), Fortalecimento da infraestrutura e habitação (13), Implantação de infraestrutura, prioridade armazenamento, transporte e escoamento produção (14), Estabelecimento de rede de atenção integral à saúde (20),
Igualdade Racial e de Gênero, Cidadania e Direitos	Acesso à Terra (1), Articulação de programas para estruturação e organização de sistemas produtivos e comercialização (6), Promoção da autonomia e inclusão socioprodutiva (12)

4. Cenários

Os cenários para o semiárido baiano 2030 construídos convergem para a visão de futuro explicitada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia (PDI) 2035. A visão de futuro 2035 define a Bahia como Estado onde o diálogo intergeracional ocorre e estimula o desenvolvimento. Nele, espaço e território são perspectivas fundamentais na formulação de planos e políticas públicas, compreendendo e valorizando seus atributos sociais e econômicos. A 4ª Revolução Industrial, com internet móvel por todo o território, conexões super rápidas, ciberfísica, inteligência artificial e *learning machine*, se estabelece e produz importantes transformações na forma como as sociedades se organizam. Obras importantes serão construídas e a infraestrutura será melhorada e expandida, com uso sustentável do meio ambiente. E a administração pública indutora de processos de desenvolvimento em largas porções do território estadual (SEPLAN BA, 2018). O cenário construído para o semiárido baiano 2030 levou em conta a visão de futuro Bahia 2035. Ele foi sistematizado a partir de cinco grandes temas.

4.1. Meio Ambiente e Segurança Hídrica

Em 2030, o acesso à água estará democratizado e garantido às famílias do semiárido para os seus múltiplos usos. O saneamento ambiental estará em 70% dos municípios do semiárido baiano (SAB). Além disso a produção agropecuária terá garantida a segurança hídrica e os conflitos pelo uso da água estarão mitigados.

Para tanto, serviços de reuso da água no SAB estarão implementados. O acesso à água estará democratizado, com base na legislação e conhecimentos aprimorados. As famílias agricultoras disporão de água para consumo humano, animal e produtivo. As estruturas de captação e armazenamento de água para produção agropecuária estarão garantidas. Os conflitos pelo uso da água estarão prevenidos e reduzidos, a cobertura do saneamento ambiente nos municípios estará significativamente ampliada. O conhecimento sobre disponibilidade hídrica estará socializado, com indicador e protocolo definido para escassez hídrica.

Os processos de desertificação estarão em franco declínio. Novas Unidades de Conservação terão sido criadas, valorizando as comunidades tradicionais junto as unidades já existentes, sob regime de gestão participativa. Instrumentos legais de gestão gerando benefícios socioeconômicos e ambientais nos territórios onde se encontram, estarão implementados. Os índices de desmatamento e queimadas estarão bastante reduzidos. Os remanescentes florestais - em especial Reserva legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas prioritárias para conservação, áreas de recarga de aquíferos e novos corredores ecológicos - estarão com sua conservação elevada, beneficiando direta ou indiretamente a população do SAB. Programas intensivos de estímulo ao recaatingamento, com franca utilização de espécies nativas e adaptadas de uso econômico, bem como uso múltiplo de manejo florestal sustentável estarão implementados e gerando inclusão produtiva, elevação de renda e aumento dos índices de biodiversidade.

O semiárido baiano estará recaatingado, com áreas de interflúvio e de mananciais recuperadas. Para tanto, o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) estará implementado e promovendo a recuperação e conservação de áreas de mananciais, elevação de renda pelos serviços socioambientais prestados e com os índices de biodiversidade socioambientais elevados. A rede de monitoramento estará ampliada e integrada, com fácil acesso às informações necessárias à tomada de decisão e maior articulação interinstitucional. Proteção, conservação, reprodução e interculturalidade da sociobiodiversidade estarão garantidas. E os agroecossistemas da agricultura familiar estarão sustentáveis e resilientes.

4.2. Desenvolvimento Econômico no Campo e na Cidade

O sistema estadual de apoio socioproductivo estará em pleno funcionamento, estimulando a convergência de políticas e programas, contribuindo para a autonomia social e econômica e o desenvolvimento sustentável.

A economia dos municípios do semiárido estará dinamizada pela estruturação das cadeias produtivas (base de produção, beneficiamento, legislação sanitária adequada, logística, comercialização, etc) da agricultura familiar (AF) e dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT). As redes de agricultura familiar, economia solidária e comercialização com preço justo estarão fortalecidas e com orçamento ampliado. As diversas formas de turismo no semiárido terão sido potencializadas.

Terá ocorrido mobilização política de prefeitos, governadores e parlamentares do semiárido, além da mobilização social, com objetivo de reverter a tendência de restrição de acesso aos benefícios da seguridade social. E ela foi suficiente.

Os municípios estarão articulados, formando redes das cadeias produtivas locais, com profissionais capacitados, cumprindo as determinações da Lei 11.947/09 que trata do percentual de 30% de compra governamental da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) /Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A produção cooperativada e associada estará certificada, atendendo às exigências legais e normas técnicas, em razão da redução da burocracia para compras e vendas institucionais.

Iniciativas de finanças solidárias (cooperativas de crédito, fundos rotativos e bancos comunitários) terão sido apoiadas, ampliadas e organizadas em redes operando linhas de crédito produtivo adequadas ao SAB, em volume e perfil.

Povos e comunidades tradicionais (PCT) e agricultores familiares estarão com seus territórios reconhecidos e regularizados em tamanho adequado às características do semiárido. Mulheres, PCT e agricultores familiares terão terra para viver e produzir, com titulação definitiva de suas áreas e territórios assegurados. Haverá um número reduzido de famílias com terras não regularizadas.

A assistência técnica e extensão rural (ATER) estarão universalizadas. Os serviços públicos de ATER estarão com cobertura ampliada e qualidade adequada às demandas da AF e PCT no SAB. A oferta contínua e suficiente de alimento para os rebanhos do SAB sobretudo nos períodos de estiagem estará garantida.

Cooperativas populares com capacidade de organização das famílias para diversificação do aproveitamento das fontes de energia renovável no SAB estarão estruturadas e realizando, inclusive, produção e distribuição comercial.

4.3. Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação

Em 2030, o semiárido estará com sua diversidade cultural, em todas dimensões preservadas, reconhecida e promovida, nos aspectos materiais e simbólicas, e com financiamento constante e crescente.

Pelo menos 20% da rede pública de educação estará atuando na perspectiva da educação integral e contextualizada (nos âmbitos do ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, alimentação escolar). A implementação de iniciativas exitosas de educação contextualizada, na e para além das escolas da rede pública estadual, estará 100% garantida. Pelo menos 50% dos jovens do semiárido terão concluído o ensino com qualidade. E, ao menos, 10% dos jovens do Semiárido estarão acessando o ensino superior.

A política estadual de educação ambiental estará regulamentada e implementada como diretriz de ação implementada em todos os processos formativos e produtivos desenvolvimento no âmbito da convivência com o semiárido. Na rede de educação, a educação ambiental (EA) estará implementada como eixo transversal, tendo sujeitos destas ações com formação e consciência da importância da garantia do meio ambiente sustentável.

Rede de Centros territoriais de Pesquisa e Extensão voltados para a convivência com o semiárido com foco prioritário na agricultura familiar e PCT, envolvendo centros de pesquisa, universidades, Institutos Federais (IF), Centros Territoriais de educação Profissional (CETEP)/ Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP), Escolas de Família Agrícola (EFA) e organizações não governamentais estará implementada em todos os Territórios de Identidade (TI) do SAB. A agenda prioritária de pesquisas e extensão voltada de e para o Semiárido estará implementada. E a rede de Unidades de Referência produtiva de convivência com o Semiárido também estará implementada em todos os TI, estruturada com parceiros públicos e não governamentais.

4.4. Saúde, Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades

Em 2030 no semiárido baiano, moradias dignas atendendo as especificidades locais, terão sido qualificadas, construídas ou reformadas, considerando o interesse social.

O saneamento básico estará implementado de forma efetiva, contemplando os quatro componentes (abastecimento de água, manejo e tratamento do esgotamento sanitário, coleta e manejo e destinação final dos resíduos sólidos, drenagem/captação das águas pluviais), respeitando as especificidades das populações rurais e utilizando as tecnologias apropriadas ao semiárido.

A malha de transporte estará em condições adequadas para dinamização da economia do SAB. Consórcios e colegiados territoriais estarão articulados em rede, com estudos realizados para a implantação de alternativas de transportes intermodais que dinamizem a mobilidade pendular no SAB, com transportes de cargas (interligados a portos secos) acoplados ao transporte de passageiros/turismo, utilizando as vias férreas existentes, priorizando a ligação norte/sul do estado, complementando as vias rodoviárias a exemplo das estradas BR116, BA 110. A cobertura dos serviços de comunicação estará ampliada, com elevado número de localidades atendidas com telefonia móvel no semiárido.

A atenção básica em saúde estará inserida/ integrada nos territórios com regulação desburocratizada. A atenção à saúde da pessoa idosa estará disponível com serviços de referência regionalizados e ações intersetoriais voltadas ao envelhecimento saudável, nas perspectivas socioculturais, com equipes multidisciplinares qualificadas em saúde do idoso.

Estará disponibilizada na rede de saúde pública, ambiência adequada com serviços humanizados. As responsabilidades da equipe profissional de saúde estarão equalizadas, com melhorias nas condições de trabalho. Haverá disponibilidade e ação de profissionais especializados formados de acordo com a demanda local pelos serviços públicos das redes de atendimento, em especial a atenção básica. O acolhimento será equânime para todos os usuários. com disseminação e sensibilização sobre os direitos dos usuários do sistema. A integração da saúde e educação estará implementada com efetividade.

Os investimentos em tecnologia, tecnologia de saúde e disponibilização de serviços de banda larga possibilitarão a oferta de diagnósticos descentralizados por sistemas automatizados. As policlínicas estarão integradas aos centros de alta complexidade.

4.5. Igualdade Racial e de Gênero, Cidadania e Assistência Social

Em 2030 no semiárido baiano, as mulheres, jovens, população em situação de rua, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis

(LGBT), Pessoas com Deficiência (PcD), famílias da agricultura familiar e população negra terão acesso à espaços, serviços e instrumentos que possibilitam a ampliação/fortalecimento da sua autonomia econômica e social. E, também, proporcionam o bem viver e a participação.

5. Macroproblemas e Macro-objetivos

Os macroproblemas identificados e macro-objetivos construídos estão apresentados no QUADRO 2 a seguir. Nele, pode-se observar o relacionamento entre a diretriz da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, os macroproblemas, o cenário e os macro-objetivos construídos.

QUADRO 2 - Diretrizes da política estadual de convivência com o semiárido, macroproblemas, cenários e macro-objetivos construídos para o semiárido baiano até 2030.

Diretriz/Problema	Descrição
Diretriz 1	Promoção do acesso à terra, de forma adequada às especificidades social, cultural, ambiental e econômica do semiárido, por meio da aquisição de novas glebas de terra, do apoio à reforma agrária e à regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, incluindo aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais
Macroproblemas	Ameaças e insegurança quanto a permanência das comunidades tradicionais e agricultores familiares em seus territórios Elevada concentração de terras com estrangulamento das pequenas propriedades
Cenário 2030	Mulheres, PCT e Agricultores/as Familiares com terra para viver e produzir, com titulação definitiva de suas áreas e territórios assegurados
Macro-objetivo	Assegurar para mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e Agricultores/as Familiares (AF) acesso e permanência na terra com segurança jurídica de propriedade e/ou usufruto, de acordo com parâmetros técnicos de sustentabilidade no Semiárido Baiano (SAB), incluindo condições para acesso à crédito e sucessão rural
Diretriz 2	Promoção do acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo da agricultura familiar
Macroproblemas	Insegurança hídrica e alimentar e nutricional no semiárido Escassez de oferta de água para produção agropecuária Aumento das doenças transmissíveis e não transmissíveis por veiculação hídrica no semiárido
Cenário 2030	Produção agropecuária com segurança hídrica garantida e conflitos pelo uso da água mitigados Acesso à água democratizado e garantido às famílias do semiárido para os seus múltiplos usos Municípios do Semiárido baiano com cobertura de saneamento ambiental significativamente ampliada
Macro-objetivos	Democratizar o acesso à água para produção no SAB Democratizar o saneamento ambiental (acesso à água, esgotamento sanitário, drenagem, coleta de resíduos sólidos) no SAB

Diretriz/Problema	Descrição
Diretriz 3 Gestão, conservação, uso sustentável e recuperação dos recursos naturais dos biomas, ecossistemas e bacias hidrográficas que integram o semiárido, promovendo o recaatingamento, bem como a promoção do combate à desertificação e o estímulo à criação de Unidades de Conservação, prioritariamente no bioma Caatinga, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico Econômico Estadual - ZEE	
Macroproblema	Ampliação das áreas desertificadas no semiárido
Cenário 2030	Processos de desertificação em franco declínio, com novas UC criadas e valorizando as comunidades tradicionais junto as unidades já existentes, sob regime de gestão participativa. implementados os instrumentos legais de gestão gerando benefícios socioeconômicos e ambientais nos territórios onde se encontram; redução drástica dos índices de desmatamento e queimadas, elevada conservação dos remanescentes florestais, em especial Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente, Áreas Prioritárias para Conservação da Bahia, áreas de recarga de aquíferos e novos corredores ecológicos beneficiando direta ou indiretamente a população do SA; programas intensivos de estímulo ao recaatingamento, com franca utilização de espécies nativas e adaptadas de uso econômico, uso múltiplo de manejo florestal sustentável, gerando inclusão produtiva, elevação de renda e aumento dos índices de biodiversidade.
Macro-objetivo	Mitigar os efeitos dos processos de desertificação
Diretriz 4 Incentivo ao uso do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, potencializando os seus efeitos quanto à geração de renda, valorização da sociobiodiversidade e preservação ambiental	
Macroproblemas	Redução da sociobiodiversidade do semiárido
	Insuficiente conservação da biodiversidade no Semiárido
	Redução da produção agropecuária no semiárido
Cenário	PSA implementado promovendo a recuperação e conservação de áreas e mananciais, elevação de renda pelos serviços socioambientais prestados e índices de biodiversidade elevados
Macro-objetivo	Garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e da sociobiodiversidade nos biomas do SAB
Diretriz 5 Promoção de instrumentos e mecanismos integrados voltados para o monitoramento do clima, solo e hidrologia para previsão e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos críticos e gestão de crises, com difusão das suas informações	
Macroproblema	Insegurança para o produtor rural na tomada de decisão
Cenário	Rede de monitoramento ampliada e integrada, com fácil acesso às informações necessárias à tomada de decisão e maior articulação interinstitucional
Macro-objetivo	Munir os tomadores de decisões com informações ambientais para o monitoramento do clima, solo e hidrologia para previsão e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos críticos e gestão de crises
Diretriz 6 Articulação de ações, programas e projetos transversais para estruturação e organização de sistemas produtivos e de comercialização, priorizando os de base agroecológica, da agricultura familiar, da economia solidária, da economia criativa e da produção associada ao turismo, por meio de assistência técnica e extensão, do armazenamento, abastecimento, beneficiamento, agroindustrialização, distribuição, circulação e comercialização de produtos e serviços oriundos da produção no semiárido	
Macroproblemas	Baixo valor agregado dos produtos da agricultura familiar, do artesanato e da economia solidária no SAB

Diretriz/Problema	Descrição
	Desemprego e precarização do trabalho nos municípios do semiárido
	Fragilidades nas iniciativas socioeconômicas da economia familiar e associativa do SAB.
	Sistemas produtivos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT'S) no Semiárido ainda não apresentam o pleno desenvolvimento (ou sustentabilidade)
Cenário	Economia dos municípios do SA dinamizada pela estruturação das cadeias produtivas (base de produção, beneficiamento, legislação sanitária adequada, logística, comercialização, etc) da AF e dos PCT's
	Fortalecimento das redes de agricultura familiar, economia solidária e comercialização com preço justo com orçamento ampliado; com municípios articulados e formando redes das cadeias produtivas locais, com profissionais capacitados, cumprindo as determinações da Lei 11.947/09 que trata do percentual de 30% de compra governamental da Agricultura Familiar PNAE /PAA; produção cooperativada e associada, com certificações e atendimento às exigências legais e normas técnicas, em razão da redução da burocracia para compras e vendas institucionais; número reduzido de famílias com terras não regularizadas; assistência técnica e extensão rural universalizada
	Sistema estadual de apoio socioproductivo estimulando a convergência de políticas e programas, contribuindo para a autonomia social e econômica e o desenvolvimento sustentável
Macro-objetivos	Dinamizar as cadeias produtivas no SAB com o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e sustentáveis da AF, PCT e da economia popular urbana
	Assegurar para mulheres, PCT e Agricultores/as Familiares segurança jurídica de propriedade da terra, autonomia econômica, condições para acesso à crédito e sucessão rural
Diretriz 7 Fortalecimento e ampliação das redes de assistência técnica nos diversos sistemas de produção no campo e na cidade	
Macroproblemas	Insuficiente cobertura da Assistência Técnica Rural da Agricultura Familiar no semiárido
	Fragilização do processo produtivo dos empreendimentos da Economia Solidária
	Baixa cobertura e descontinuidade da Assistência Técnica Rural da Agricultura Familiar e PCT no semiárido
Cenário	Serviços públicos de ATER com cobertura ampliada e qualidade adequada às demandas da AF e PCT no SAB
Macro-objetivo	Garantir a cobertura dos serviços públicos de ATER, orientados pelos princípios da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido, para todos os municípios do SAB
Diretriz 8 Incentivo econômico e fiscal para o fortalecimento e a autonomia de empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar, notadamente agroecológicos, das mulheres, dos jovens e de povos e comunidades tradicionais do semiárido	
Macroproblemas	Perspectivas de Restrição dos programas de transferência da Seguridade social, (aposentadoria rural\BPC, Bolsa família, ataque a direitos constitucionais) com impacto negativo nas economias locais
	Carga tributária das Cooperativas de AF e Economia Solidária

Diretriz/Problema	Descrição
Cenário	Mobilização política de prefeitos e governadores e parlamentares do semiárido, além da mobilização social, foi suficiente para reversão da tendência de restrição do acesso aos benefícios da seguridade social.
Macro-objetivo	
Diretriz 9 Criação e incremento de linhas de financiamento e ações de apoio para a implantação, estruturação e funcionamento de cooperativas, associações e empreendimentos	
Macroproblema	Empreendimentos coletivos fragilizados
Cenário	Iniciativas de finanças solidárias (cooperativas de crédito, fundos rotativos e bancos comunitários) apoiadas, ampliadas e organizadas em redes operando linhas de crédito produtivo adequadas ao SAB, em volume e perfil
Macro-objetivo	Dinamizar os empreendimentos da AF, PCT e da economia popular urbana no SAB
Diretriz 10 Valorização da agrobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos animais e vegetais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais e tradicionais	
Macroproblemas	Modelo de produção agropecuária em sequeiro predominante da Agricultura Familiar no Semiárido é parcialmente sustentável Redução da biodiversidade
Cenário	Agroecossistemas da AF sustentáveis e resiliente Garantida proteção, conservação, reprodução e interculturalidade da sociobiodiversidade
Macro-objetivo	Garantir a proteção, conservação, reprodução e interculturalidade da sociobiodiversidade
Diretriz 11 Promoção de segurança alimentar dos rebanhos, prioritariamente, pertencentes à agricultura família	
Macroproblema	Insuficiente segurança alimentar dos rebanhos da Agricultura Familiar no semiárido
Cenário	Garantida a oferta contínua e suficiente de alimento para os rebanhos do SA sobretudo nos períodos de estiagem
Macro-objetivo	Garantir a segurança alimentar dos rebanhos no SAB
Diretriz 12 Promoção da autonomia, da inclusão socio produtiva e da participação da mulher e do jovem nos espaços de poder de decisão e controle social de políticas pública	
Macroproblemas	Elevado índice de mortalidade da juventude no Semiárido Elevados índices de violação de direitos fundamentais no semiárido Não garantia da qualidade de vida e da preservação dos valores culturais do PCIN do SAB Violação de Direitos Fundamentais das Pessoas com Deficiência (PcD) no semiárido
Cenário	Mulheres, jovens, população em situação de rua, PCT, LGBT, PcD, Agricultura Familiar e População Negra acessando espaços, serviços e instrumentos que possibilitam a ampliação/fortalecimento da autonomia econômica e social que proporcionam o bem viver e a participação.
Macro-objetivo	Promover alternativas para possibilitar e ampliar acesso a espaços, serviços e instrumentos que possibilitam a ampliação/fortalecimento da autonomia econômica e social de mulheres, jovens, população em situação de rua, PCT, LGBT, PcD , Agricultura Familiar e População Negra

Diretriz/Problema	Descrição
Diretriz 13 Promoção de programas e ações voltadas para o incremento e fortalecimento da infraestrutura e habitação nas áreas urbanas e rurais dos municípios do semiárido, de forma adequada às especificidades social, cultural e ambiental	
Macroproblema	Insuficiência de moradias adequadas com saneamento e que respeitem as especificidades da população
Cenário	Moradias dignas atendendo as especificidades locais, qualificadas, construídas ou reformadas, considerando o interesse social; saneamento básico efetivo contemplando os quatro componentes abastecimento de água, manejo e tratamento do esgotamento sanitário, coleta e manejo e destinação final dos resíduos sólidos, drenagem/captação das águas pluviais, respeitando as especificidades das populações rurais e utilizando as tecnologias apropriadas ao semiárido.
Macro-objetivo	Assegurar habitabilidade para as populações do SAB
Diretriz 14 Implantação de infraestrutura, conferindo prioridade ao armazenamento, ao sistema intermodal de transporte e ao escoamento da produção	
Macroproblema	Insuficiente infraestrutura de transportes para dinamização da socioeconomia no SAB baiano
Cenário	Consórcios e colegiados territoriais articulados em rede, com estudos realizados para a implantação de alternativas de transportes intermodais que dinamizem a mobilidade pendular no SAB, com transportes de cargas (interligados a portos secos) acoplados ao transporte de passageiros/turismo, utilizando as vias férreas existentes, priorizando a ligação norte/sul do estado, complementando as vias rodoviárias a exemplo das estradas BR116, BA 110.
Macroproblema	Elevado nº localidades não atendidas com telefonia móvel e com acesso a sinal de TV pública na região do Semiárido
Cenário	SAB baiano com cobertura ampliada de serviços de comunicação
Macro-objetivo	Garantir a circulação da população e o escoamento da produção do SAB, prioritariamente das Mulheres, AF e PCT
Diretriz 15 Valorização da diversidade cultural através da preservação e promoção das culturas populares e identitárias, do patrimônio material e imaterial e das práticas culturais e manifestações artísticas do semiárido	
Macroproblema	Insuficiente promoção da cultura do semiárido
Cenário	em 2030, o semiárido tem sua diversidade cultural, em todas dimensões preservadas, reconhecida e promovida, nos aspectos materiais e simbólicas com financiamento constante e crescente
Macro-objetivo	Promover a cultura do Semiárido em toda sua diversidade, nos aspectos materiais e simbólicos, garantindo financiamento constante
Diretriz 16 Promoção da educação integral e contextualizada para a convivência com o semiárido em todos os processos e espaços educacionais do campo e da cidade	
Macroproblemas	Currículo descontextualizado da realidade do semiárido Ausência no sistema educacional de processos e práticas que viabilizem a educação integral e contextualizada
Cenário	(pelo menos 20% da) Rede Pública de Educação atuando na perspectiva da educação integral e contextualizada (nos âmbitos do ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, alimentação escolar). 100% das Iniciativas

Diretriz/Problema	Descrição
	exitosas de educação contextualizada, na e para além das escolas da rede pública estadual, com garantida implementação.
Macro-objetivos	Garantir oferta de educação integral e contextualizada pela rede pública estadual
	Assegurar oferta de educação profissional e técnica, formação continuada e qualificação permanente nos territórios
Diretriz 17 Estímulo e priorização da elevação da escolaridade no semiárido	
Problema	Insuficiente permanência dos educandos na rede de educação
Cenário	50% dos jovens do semiárido com o ensino de qualidade concluído. 10% dos jovens do Semiárido acessando o ensino superior. 2030 indicador: 50% educandos (EF2 e EM) do semiárido com nível de aprendizado do nível 9
Macro-objetivo	Garantir condições de permanência dos educandos na rede de educação, com qualidade
Diretriz 18 Inserção da educação ambiental nos planos, programas e projetos vinculados à convivência no semiárido	
Macroproblemas	Educação ambiental é realizada de forma incipiente e não contextualizada com o território do semiárido
	Descontinuidade de ações socioambientais sustentáveis no semiárido
Cenário	2030 política estadual de educação ambiental regulamentada e implementada como diretriz de ação implementada em todos os processos formativos e produtivos desenvolvimento no âmbito da convivência com o semiárido. EA implementada na rede de Educação como eixo transversal, tendo sujeitos destas ações com formação e consciência da importância da garantia do meio ambiente sustentável.
Macro-objetivo	Garantir a implementação da Educação Ambiental como eixo transversal na rede de educação, em todos os seus processos formativos e produtivos
Diretriz 19 Fomento ao desenvolvimento e disseminação de pesquisas, conhecimentos, tecnologias, práticas e inovações contextualizadas para a convivência com o semiárido	
Macroproblemas	Rede de educação profissional desenvolve insuficientes ações voltadas para o SAB
	Conhecimentos disponíveis para a AF no SAB não são suficientes para a superação da pobreza nem do trabalho penoso
	Incipiente incorporação dos resultados de pesquisas em saúde voltados ao semiárido
	Baixa inovação tecnológica da produção agropecuária no SA
Cenário	Rede de Centros territoriais de Pesquisa e Extensão voltados para a convivência com o semiárido com foco prioritário na agricultura familiar e PCT, envolvendo centros de pesquisa, universidades, IF, CETEPs, EFA e organizações não governamentais implementada em todos os TI do SAB. Agenda prioritária de pesquisas e extensão voltada de e para o Semiárido implementada. Rede de Unidades de Referência produtiva de convivência com o Semiárido implementada em todos os territórios de identidade, estrutura com parceiros público e não governamental.
Macro-objetivo	Garantir desenvolvimento de agenda de pesquisas prioritárias para a convivência com o semiárido
Diretriz 20	

Diretriz/Problema	Descrição
Estabelecimento de uma rede de atenção integral à saúde, promovendo suficiência regional, considerando as peculiaridades do semiárido, tendo a atenção básica como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado	
Macroproblemas	Não garantia da integralidade do Cuidado pela Rede de Atenção à Saúde (RAS)
	Aumento do número de idosos com incapacidades / dependência funcional no SAB
	Insuficiente acesso das populações vulneráveis aos serviços de saúde e a atenção integral com atendimento humanizado
	Dificuldade de provimento e fixação de trabalhadores do SUS com perfil adequado às especificidades dos municípios do semiárido
Cenário	Atenção Básica inserida/ integrada nos territórios com regulação desburocratizada; promoção do saneamento básico; investimentos em tecnologia: disponibilização de serviços de banda larga; Diagnósticos descentralizados por sistemas automatizados
	Atenção à saúde da pessoa idosa com serviços de referência regionalizados e com ações intersetoriais voltadas ao envelhecimento saudável, nas perspectivas socioculturais, com equipes multidisciplinares qualificadas em saúde do idoso
	Ambiência adequada com serviços humanizados, responsabilidades equalizadas na equipe profissional, com melhorias nas condições de trabalho; acolhimento equânime para todos os usuários, disseminação e sensibilização sobre os direitos dos usuários do sistema de saúde
	Profissionais especializados formados de acordo com a demanda local pelos serviços públicos das redes de atendimento, em especial a atenção básica
Macro-objetivos	Garantir oferta de serviços especializados autossuficientes em todos os territórios
	Articular estratégias de saúde da família ao programa de saúde na escola com foco na ação direta integrando ações
	Garantir oferta de serviços especializados autossuficiente nas regionais de saúde
	Promover a Atenção Integral à Saúde da pessoa idosa
	Promover atendimento humanizado nos serviços de saúde do SAB
Diretriz 21 Estímulo, desenvolvimento e promoção à produção associada ao turismo por meio da integração da produção econômica e cultural do semiárido ao turismo	
Macroproblemas	Economia do turismo (local) não sustentável
	Dificuldade de promoção do turismo no SAB
Cenário	Potencializadas as diversas formas de turismo no SAB
Macro-objetivo	Promover acesso ao patrimônio natural, histórico, artístico e cultural do SAB, diversificando as fontes de renda por meio do Turismo
Diretriz 22 Fomento à implantação de empreendimentos de geração de energia no semiárido por meio de fontes renováveis alternativas	
Macroproblemas	Insuficiência de geração de energia através de fontes renováveis alternativas
	Baixo índice de exploração e aproveitamento do potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no SAB

Diretriz/Problema	Descrição
	O modelo empresarial de exploração da energia renovável adotado não é adequado às características socioeconômicas do SAB
Cenário	Cooperativas populares com capacidade de organização das famílias para diversificação do aproveitamento das fontes de energia renovável no SAB realizando inclusive produção e distribuição comercial
Macro-objetivos	Garantir o acesso à energia para as famílias de AF e PCT no SAB
	Diversificar as fontes de renda para as famílias de AF e PCT no SAB com o aproveitamento das fontes de energia renovável realizando, inclusive, produção e distribuição comercial por meio de suas cooperativas

6. Considerações

Conviver é ser capaz de reconhecer o outro, seus valores, seu jeito de ser, suas perspectivas, seus sonhos, seus limites e ser capaz de escutar. O desafio de conviver com o semiárido é, também, de buscar caminhos para o desenvolver. Conviver é principalmente, talvez, identificar os valores e potencialidades. (BAPTISTA, 2019).

O que fazer para enfrentar os desafios colocados? Como se posicionar e atuar no século XXI num território repletos de questões ainda do século XIX? Como se preparar para os novos desafios que virão? Como trazer a pauta as potencialidades e valores do semiárido baiano neste processo de desenvolvimento?

Neste produto, governo e sociedade civil construíram em conjunto os cenários 2030 para o semiárido baiano onde “convivência” é a palavra-chave. Este processo dialógico possibilitou a sistematização dos macroproblemas observados neste território, sob o olhar dos participantes. E, também a construção e pactuação de macro-objetivos com objetivo de mitigar os macroproblemas e alcançar o cenário desejado.

7. Referências Bibliográficas

ARTMANN, E. (s.d.). O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL NO NÍVEL LOCAL: um instrumento a favor da visão multisetorial. Acesso em 25 de 06 de 2018, disponível em <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2153.pdf>

BAPTISTA, N. Educação contextualizada no Semiárido Baiano. Apresentação. 2019.

BELCHIOR, Miriam. A aplicação do Planejamento Estratégico Situacional em governos locais: Possibilidades e limites -os casos de Santo André e São José dos Campos. São Paulo: EAESP/FGV, 1999. 102p. (Dissertação de Metrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FG, Área de Concentração: Política Urbana)

DAGNINO, R. P.; GOMES, E.; THOMAS, H.; COSTA, G.; MENEGHEL, S.; SCALCO SILVEIRA, T. Metodologias para Elaboração de Políticas de Inovação. Taubaté: Editora Universitária, 2001.

MALVEZZI, Roberto Semiárido - uma visão holística. – Brasília: Confea, 2007. 140p.
– (Pensar Brasil)

MATUS, Carlos. Adeus Senhor Presidente – Governos e Governantes. São Paulo: Fundap, 1996.

MATUS, C. PES – Guía de Análisis Teórico – Seminario de Gobierno y Planificación. METÓDO PES. Caracas: Fundación Altadir. 1994

Matus, C., & Huerta, F. (1996). *O método PES. entrevista com Matus* (1ª ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Fundap.

PDI BAHIA 2035: Bahia / elaborado por SEPLAN/SDE/CODES, v. preliminar, Salvador:2018. 244p